

8. Bibliografia

Livros, teses, dissertações e periódicos

ABRANCHES, H. (1977) *Empresa estatal e capitalismo: uma análise comparada* in MARTINS, C. E. (org) **Estado e capitalismo no Brasil**, São Paulo: Hucitec, p. 5-53

ALBUQUERQUE, J. A. G. (2001) *A Alca na Política Externa Brasileira*. **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 2 set/out/nov, p. 7-20

ALLISON, G. T. (1971) **Essence of Decision: explaining the Cuban Missile Crisis**. Boston: Little, Brown and Company

ALMEIDA, E. L. F.; MACHADO, J. B. M. (2001) *A nova integração Energética*. In CHUDVODVOSKY, D.; FANELLI, J. M. (org) **El desafío de integrarse para crecer: balance y perspectivas del mercosur em su primera década**. Buenos Aires: Siglo, p 247-373

-----; GUTIERREZ, M; REAL, R. V. (2002) **Análise das estratégias empresariais para a monetização das reservas de gás da Bolívia** In IX Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, 16 a 18 de agosto. Disponível em

http://www.gee.ie.ufrj.br/pdf/monetizacao_das_reservas_de_gas_natural.pdf

Acessado em 17 de outubro de 2006

ALMEIDA, F. G. A.; SILVA, S. Q. S. (1996) *Considerações sobre o Estado empresário, lei de concessões e reformas constitucionais no Brasil* in **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, set/out, p. 24-50

ALVAREZ, M. G. C. (1989) **Política Externa e Gás Natural nas Relações entre Brasil e Bolívia**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Ciências Jurídicas-PUC

ALVEAL CONTRERAS, E. C. (1994) **Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil Industrial**, Rio de Janeiro: Relume Dumará

----- (2003) **Evolução da Indústria de Petróleo: a grande transformação. Economia e Gestão em Energia**, Curso de Especialização. COPPEAD-IE/UFRJ, Rio de Janeiro. Texto para discussão. Disponível em <http://www.gee.ie.ufrj.br/publicacoes/artigosgee/index.php> Acessado em 17 de outubro de 2006

BACOCOLI, G. (2005) **Bolívia: lições a serem aprendidas**. Mimeo

BARROS, A.S.C. (1986) *A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores* In MUNOZ, H.; TULCHIN, J. S. (org) **A América Latina e a política mundial: uma perspectiva latino-americana**. São Paulo: Convívio

BARROS, S. R. (1998) *A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos quatro anos*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 41, n 2, p. 18-28

BATISTA, P. N. (1993) *Modernização ou retrocesso?* **Política Externa**, São Paulo, v.1, n.4, março/abril/maio, p. 106-135.

BIEBER, L. E. (2000) *A guerra do Chaco e as relações brasileiro-bolivianas no período 1930-1945: um caso de reorientação da política exterior do Brasil*. In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira: o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, v.3, p 211-231

BIELSCHOWSKY, R. (1997) **Energia Elétrica no Brasil, 1993-1997: investimentos deprimidos numa transição problemática**. Brasília: Cepal. Disponível em <http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/> Acessado em 7 de novembro de 2006

BRESSER PEREIRA, L. C. (1992) **A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira**, São Paulo: Nobel

BRUCK, H. W.; BURTON, S; SNYDER, R. (1954). *The decision making approach to the study of international politics*. **Foreign Policy Analysis Project Series**. Princeton, New Jersey: Princeton University

BUENO, C.; CERVO, A. L. (2002) **História da política exterior do Brasil**, Brasília: Editora Universidade de Brasília

CAMARGO, S. (2000) *A integração no Cone Sul (1960-1990)* In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume, NUPRI/USP v. 3, p 141-173

CARDOSO, F. H. (2001) *A política externa do Brasil no início e um novo século: uma mensagem do presidente da República*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 44, n. 1, p 5-12

CARRA, M.; CEPIK, M. (2006) **Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul**. *Análise de Conjuntura*, Rio de Janeiro, n 4, abril. Disponível em http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf Acessado em 31 de maio de 2006

CARVALHO, G. (1976). **Petrobras: do monopólio aos contratos de risco**, Rio de Janeiro: Forense-Universitaria

CAUBET, C. (2000) *A política hidroenergética brasileira e a evolução do quadro diplomático*. In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**, São Paulo: Annablume, NUPRI/USP v. 3, p 111-140

CERQUEIRA, R. (2005) **Diários do Príncipe: imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002)**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IRI-PUC

CERVO, A. L. (2000) *Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 43, n. 2, p 5-27

----- (2002) *Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 45, n. 1, p 5-35

CHAGAS, H. (2002) *Relações Executivo-Legislativo* in LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. **A era FHC, um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, p 331-367

CHEIBUB, Z. (1985) *Diplomacia e construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p 13-130

CONDE, D. P.; MACEDO-SOARES, T.; DIANA L. V. A. (2005) **Implicações estratégicas das alianças e redes de relacionamento no desempenho de empresas: um estudo de caso na área de negócios internacional da Petrobrás** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Departamento de Administração/PUC

COUTINHO, E M. B.G (2000) *Gasoduto Bolívia-Brasil*. **Informe Infra-estrutura**, n 45, abril

CUNHA, A. M. (2004) *Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional* In ARAÚJO, H. V. (org) **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/Ipri, p 465-505

DANESE, S. (1999) **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks

----- (2001) *Brasil e América do Sul: uma convergência*. **Política Externa**, São Paulo, v. 9, n. 4, mar/abr/maio, p 49-71

DIAS, J. L. M.; QUAGLINO, M. A. (1993) **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras**. Rio de Janeiro: CPDOC/SERINST/FGV

DINIZ, E. (1991) *Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80*. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p 349-377

----- (1995) *Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos nos 90*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p 385-415

----- (2000) **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 90**. Rio de Janeiro: Editora FGV

DINIZ, E.; BOSCHI, R. (1978) **Empresariado nacional e Estado no Brasil**, Rio de Janeiro: Forense-Universitária

EVANS, P. (1980) **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar

FARIA, A; GUEDES, A. L. (2003) *Internacionalização de empresas: explorando interfaces governo-empresa e governança-gerência*. In **Third International Conference, Iberoamerican Academy of Management**, São Paulo, 7-10 de dezembro. Disponível em http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0376_Artigo%20IberoAmerican%202003%20versao%20final.pdf Acessado em 24 de maio de 2006

FERNANDES, C. C. C. (2002) **A reforma administrativa no Brasil: oito anos de implementação do Plano Diretor (1995-2002)**. In **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 de outubro. Disponível em http://www.bresserpereira.org.br/recipient.asp?NS=Reforma%20da%20Gestão%20Pública&BD=Public_Management_Reform. Acessado em 16 de setembro de 2006

FERNANDES, L. (2004) *Autonomia pela liderança*. **Bonifácio**, Brasília, v 1, n 2, jan-fev, Disponível em <http://www.bonifacio.org.br/revista/htmls/edicao02/PoliticaExterna02.htm> Acessado em 27 de fevereiro de 2007

FIORI, J. L. (2006) **A Bolívia, Honduras e o resto do mundo**. Agência Carta Maior, 5 de junho de 2006. Disponível em <http://www.voltairenet.org/article139677.html> Acessado em 20 de janeiro de 2007

FLORES NETO, F. T. (2000) *Integração e Cooperação Brasil-Argentina* In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**, São Paulo: Annablume, NUPRI/USP v. 3, p 175-186

FONSECA, P. S. M (2000) *América do Sul: eixos sinérgicos* In IEPES, IRBr, IPEA, BID (org) **Seminário sobre a América do Sul: a organização do espaço sul-americano**, Brasília, p. 155-190

FRANCIOSI, M. R. (2004) **Interesse Nacional e Integração Energética: a política externa do Brasil para a América do Sul**. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS

FREIRES, L. P. (1993) **A autonomia das empresas públicas: o caso da Petrobras**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas/FGV

FRIEDEN, J.; ROGOWSKI, R (1996) *The impact of the international economy on national policies: an analytical overview* In KEOHANE, R.; MILNER, H. (org). **Internationalization and domestic politics**. Nova York: Cambridge University Press, p. 25-47

FONSECA JUNIOR, G. (1998) **A legitimidade e outras questões internacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra

GARCIA, M. O. (2005) **La nacionalización del gás: economia, política y geopolítica de la terceira nacionalización de los hidrocarburos em Bolívia**. La Paz: C&C Editores

GILPIN, R. (1987) **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press

GONÇALVES, Reynaldo. (1994) **Ô Abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará

GOUREVITCH, Peter (1978) *The second image reversed: the international sources of domestic politics* In **International Organization**, v 32, n 4, outono

GUILHERME, O. (1959) **Roboré: a luta pelo petróleo boliviano**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R *Institutions and Economic Adjustment* In ----- (org) **The politics of economic adjustment: international constraints, distributive conflicts and the state**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 3-37

-----; MAXFIELD, S (1996). *The political economy of financial internationalization in developing world* In KEOHANE, R.; MILNER, H. **Internationalization and domestic politics**. Nova York: Cambridge University Press, p. 209-236

HOFMEISTER, W. (2004) *Bolívia: a construção da democracia e a evolução do processo político* In ARAÚJO, H. V. (org) **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/Ipri, p 271-315

HIRST, M. e PINHEIRO, L. (1995) *A política externa do Brasil em dois tempos*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 38, n. 1, p 5-23.

HOLANDA, F. M. B. (2001) **O gás natural no Mercosul: uma perspectiva brasileira**, Brasília: Funag

KAHLER, M. (1997) **Liberalization and foreign politics**. New York: Columbia University Press

KELLERMAN, B.(1983) *Allison redux: three more decision-making models* **Polity**, v 15, n 3, p 351-367

KEOHANE, R.; MILNER, H. (1996) **Internationalization and domestic politics**. Nova York: Cambridge University Press

KURTZ, D. (1997) **Natural gas in Latin America: development and privatization**, Londres: Financial Times Energy Publishing

LAFER, C. (2001) **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**, São Paulo: Perspectiva

----- (2002) **Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira 2001-2002**. Brasília: Funag/IPRI

LAMPREIA, Luiz Felipe (1998) *A política externa do governo FHC: continuidade e renovação*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 41, n 2, p 5-17

----- (1999) **Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões**, Rio de Janeiro: Lacerda

LIMA, Maria Regina Soares (1994) *Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña*. **América Latina/Internacional**, Buenos Aires, v 1, n 2, p 27-46

----- (2000) *Instituições democráticas e política exterior*. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 22, n 2, jul/dez, p 265-303

----- (2005) *Aspiração Internacional e Política Externa*. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro: Fundação Centros de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), ano 19, n 82, jan/fev/mar, p 4-19

-----; COUTNHO, M. (2005) **Globalização, regionalização e América do Sul**. *Análise de Conjuntura*. Rio de Janeiro, n.6, maio de 2005. Disponível em http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Globalizacao,%20Regionalizacao%20e%20América%20do%20Sul.pdf Acessado em 20 de outubro de 2006

-----; PINHEIRO, L. (1999) *Internationalization, democratization and foreign policy making in Brazil* In **Globalization, State Power and International Institutions: Brazil in a New Age of Dependence**, St Anthony's College, Oxford, 15-16 de março

LOHMANN, J.; REIS, A (2006) *Petrobras e as relações internacionais com a Bolívia*. In **V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**, PUC-RS, Porto Alegre, 2-5 de maio de 2006

LYRIO, M. C. (1994) **O contencioso das patentes farmacêuticas e as relações entre Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, IRI/PUC

MIRANDA, M. A. T. (2004) **O petróleo é nosso: a luta contra o entreguismo pelo monopólio estatal**, São Paulo: Ipsis

MORAVCSIK, A (1997) *Taking preferences seriously: a liberal theory of international politics*, **International Organization**, v 51, n 4, outono p. 513-553

MOREIRA, M. M. (2001) **Diplomacia, política e finanças**. Rio de Janeiro: Objetiva

MORGENTHAU, H.(1948) **Politics among nations**. New York: Alfred A. Knopf

MOURA, G. (1980) **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

PETROBRAS (1999) **Gasoduto Bolívia-Brasil: rota de progresso para a América Latina/Petrobras**, Rio de Janeiro: Mauad

PINHEIRO, L (2000a) *Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar* In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**, São Paulo: Annablume, NUPRI/USP v. 4, p 449-474

----- (2000b). *Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea*. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v 22, n 2, jul/dez, p 305-335

----- (2003) *Os véus da transparência: política externa e democracia no Brasil*. **IRI Textos**, Rio de Janeiro, n 25, p 1-18

----- (2004). **Política Externa Brasileira**. Zahar, Rio de Janeiro

PIO, C. R. (1998) *Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais* in DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (org) **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Unb, p 175-211

PUTNAM, Robert (1988) *Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games*. **International Organization**, v 42, n 3

REAL, R. V. (2002) **Estratégias das empresas de gás natural no Cone Sul**. Rio de Janeiro, Monografia de Bacharelado, Instituto de Economia/UFRJ

REIS, F. G. (1994) *O Brasil e a América Latina* In CASTRO, S. H. N; JÚNIOR, G. F. (org), **Temas de Política Externa II**, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; São Paulo: Editora Paz e Terra, v.2, p 9-42

RICUPERO, R. (1995) **Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil**, Rio de Janeiro: Record

RODRIGUES, P. (1989) *A campanha antiestatização e o desempenho das principais empresas estatais* In **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n 1, nov-jan, p.44-73

SAAVEDRA, G. F. (2004) *Bolívia: hora de mudar de direção*. **Política Externa**, São Paulo, v 12, n 4, mar/abr/mai, p 97-10

SALOMÃO, L. A. (2006) **Constituinte Boliviana: continua a era de incertezas**. Análise de Conjuntura, Rio de Janeiro, n 5, maio. Disponível em http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Constituinte_Boliviana.pdf. Acessado em 31 de maio de 2006

SANTANA, H. R. P. (2001) *Grupos de interesse e a política externa brasileira para a Alca*. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n 1, p 167-196

SANTOS, L. C. V. (2005) *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 48, n. 2, p 185-204

SANTOS, M. C. S. F. (1991). **O Brasil e a exploração do petróleo na Bolívia**. Brasília. Dissertação de Mestrado, Departamento de História/Unb

SARAIVA, M. G; TEDESCO, L. (2001) *Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 44, n 2, p 126-150

SILVA, C. E. L. (2002) *Política e comércio exterior* In LAMOUNIER, B; FIGUEIREDO, R. **A era FHC, um balanço**, São Paulo: Cultura Editores Associados, p 295-330

SOLA, L. (1993) *Estado, transformação econômica e democratização no Brasil* In ----- (org) **Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 235-299

STALLINGS, B (1992) *International influence on economic policy: debt, stabilization and structural reforms* In HAGGARD, S.; KAUFMAN, R (org) **The politics of economic adjustment: international constraints, distributive conflicts and the state**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 41-88

TABORGA, J. R. Q. (2005) **Bolívia, entre la crisis y el caos: existe una salida negociada?**. Análise de Conjuntura, Rio de Janeiro, n 11 outubro. Disponível em http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/bolivia-entre%20la%20crisis%20y%20el%20caos.pdf Acessado em 31 de maio de 2006

TACHINARDI, M. H. (1993) **A guerra das patentes: o conflito Brasil x Estados Unidos sobre propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra

TAVARES, M. C. (2000) *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil* In BIELSCHOWSKY, R. (org) **Cinqüenta anos de pensamento da Cepal**, Rio de Janeiro: Record, p. 217-237

VALOIS, P. (2000) **A evolução do monopólio estatal do petróleo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris

VAZ, A. C. (2002) **Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul**, Brasília: IBRI

VIEIRA, M. A. M. C. (2001), **Idéias e Instituições: a política externa brasileira no pós-segunda guerra mundial e no pós-guerra fria**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, IRI/PUC

VIGEVANI, Tullo (2006) *Os novos paradoxos latino-americanos*. **Política Externa**, São Paulo, v 14, n 4, mar/abr/mai, p. 7-17

----- ; OLIVEIRA, M. F (2005) *A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração* **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p.1-44

VILAS BOAS, M. V. (2004) **Integração gasífera no Cone Sul: uma análise das motivações dos diferentes agentes envolvidos**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia/UFRJ,

VILLA, R.; URQUIDI, V. D. (2006) *Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo*. **Política Externa**, São Paulo, v 14, n 4, mar/abr/mai, p. 7-17

VIOTTI, M. L. R. (2000) *As relações Brasil-Bolívia sob o signo da cooperação energética (1930-1990)* In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira: o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, v 3, p 187-210

VIZENTINI, P. G. F. (2004) *As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização* In ARAÚJO, H. V. (org) **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/IPRI, p 343-386

WALTZ, K. N. (1979) **Theory of International Politics**. Readdig, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company

WASSERMAN, C (2004) *Bolívia, história e identidade: uma abordagem sobre a cultura e a sociedade contemporâneas* In ARAÚJO, H. V. (org) **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/IPRI, p 319-342

YERGIN, D. (1992) **O petróleo**. São Paulo: Scritta

Documentos e relatórios

AEPET (1994) **Gasoduto Brasil-Bolívia, você conhece seus impactos?**, Rio de Janeiro, 30p.

BANCO MUNDIAL (1996) **Brazil natural gas pricing and regulatory study**. Report n12772-BR, Washington, 202p. Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1996/10/25/00009265_3970311113725/Rendered/PDF/multi_page.pdf Acessado em 5 de novembro de 2006

BANCO MUNDIAL (1997) **Project appraisal document on a proposed loan in an amount of US\$ 130 million to Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. for a gas sector development project-Bolivia-Brazil gas pipeline**. Report n 16769-BR, Washington, 119p. Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1997/11/26/00009265_3980217140041/Rendered/PDF/multi_page.pdf Acessado em 5 de novembro de 2006

BRASIL, Presidente Fernando Henrique Cardoso (1996) **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

BRITISH PETROLEUM (2006) **Statistical Review of World Energy**, Londres, 45p
Disponível em http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2006/STAGING/local_assets/downloads/spreadsheets/statistical_review_full_report_workbook_2006.xls Acessado em 11 de novembro de 2006

CELADE (2000) **Boletín Demográfico. Edición especial. Urbanización y Evolución de la Población Urbana de América Latina (1950 -1990)**, Santiago do Chile, 232p. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/7394/P7394.xml&xsl=/celade/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> Acessado 8 de dezembro de 2006

CEPAL (2005) **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**, Santiago do Chile, 438p. Disponível em <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/0/26530/P26530.xml&xsl=/deype/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> Acessado em 8 de dezembro de 2006

GARCIA CONSULTORES; STRAT CONSULTING. (2004) **A reforma da indústria do gás natural na Bolívia**, Rio de Janeiro, 60p.

INE (2001) **Censo 2001**, La Paz, Disponível em <http://www.ine.gov.bo/cgi-bin/Piwdie1xx.exe/TIPO> Acessado em 8 de dezembro de 2006

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2006) **Balanço Energético Nacional**, Brasília. Disponível em http://www.mme.gov.br/site/menu/select_main_menu_item.do?channelId=1432&pageId=10780 Acessado em 18 de novembro de 2006

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (1992) **Exposição de motivos n 170**, Brasília, 13 de maio

PETROBRAS. **Relatório anual de atividades**, Rio de Janeiro, anos 1994-2003

TBG (2005) **Relatório Anual**, Rio de Janeiro, 6p. Disponível em http://www.tbg.com.br/site/media/Relatorio_Anual_2005.pdf Acessado em 14 de outubro de 2006

Legislação e acordos oficiais

Acordo Parcial sobre Promoção de Comércio (Fornecimento de Gás Natural). Santa Cruz de la Sierra, 17 de agosto de 1992. Disponível em <http://www.hidrocarburos.gov.bo/Hidrocarburos/Marco-Legal/normas-sectoriales/Acuerdos/acuerdos.htm>. Acessado em 12 de novembro de 2006.

Contrato de compra e venda de gás natural entre Petrobras e YPF, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1996. Disponível em <http://www.hidrocarburos.gov.br/Hidrocarburos/Marco-Legal/normas-sectoriales/Acuerdos/acuerdos.htm>. Acessado em 12 de novembro de 2006

BOLÍVIA. Ley 1689, de 30 de abril de 1996. Estabelece princípios para a concessão de hidrocarbonetos. Disponível em www.congreso.gov.bo/leyes/1689.htm. Acessado em 30 de junho de 2006

----- Ley 3058, de 17 de maio de 2005. Estabelece princípios para a concessão de hidrocarbonetos. Disponível em www.ypfb.gov.bo/ley_hidrocarburos/Ley_3058.pdf Acessado em 30 de junho de 2006

----- Decreto Supremo n 28701, de 1 de maio de 2006. Dispõe sobre a nacionalização do setor de hidrocarbonetos. Disponível em <http://www.abi.bo/index.php?i=enlace&j=documentos/decretos/DS-28701.html>. Acessado em 2 de maio de 2006

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda constitucional n 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao Art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Lex. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

----- Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho

Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Lex. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Apresentações

PETROBRAS, **A Petrobras e as medidas adotadas na Bolívia**, Rio de Janeiro, 3 de maio de 2006

PETROBRAS, **Plano estratégico 2007-2011 da área de gás e energia**, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 2006

PETROBRAS, **Contrato Petrobras-YPFB**, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2006

PETROBRAS, **Desempenho financeiro de 2006**, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2007.

Jornais e revistas

AGÊNCIA CARTA MAIOR. *“Nosso objetivo internacional era integrar a América do Sul. E conseguimos”*, 1 de junho de 2006. Disponível em http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11339 Acessado em 25 de fevereiro de 2007

BRASIL ENERGIA, *Mais um ano de prorrogação*, Rio de Janeiro: Editora Brasil Energia, n. 169, fevereiro de 1994

----- *O Brasil das termelétricas*, Rio de Janeiro: Editora Brasil Energia, fevereiro de 1998, n. 207. Disponível em http://www.brasilenergia.com.br/brasilenergia/index.php?secao=mat_especial&id_materia=5584. Acessado em 2 de novembro de 2006

----- *Reviravolta na Petrobras*, Rio de Janeiro: Editora Brasil Energia, julho de 1999, n.224. Disponível em http://www.brasilenergia.com.br/brasilenergia/index.php?id_edicao=69. Acessado em 26 de setembro de 2006

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Solução mágica sela acordo do gás*, São Paulo, 16 de fevereiro de 2007

----- *Chávez gasta US\$ 4 bi em ajuda regional*, São Paulo, 10 de julho de 2006

FOLHA DE SÃO PAULO. *Pego de surpresa, governo estuda reação*, São Paulo, 2 de maio de 2006

----- *Petrobras afirma que decisão foi não amistosa*, São Paulo, 2 de maio de 2006

----- *Preço do gás boliviano subiu 307% desde 1999*, São Paulo, 10 de maio de 2006

GAZETA MERCANTIL. *Falta de definições causa preocupação às térmicas*, São Paulo, 17 de abril de 2003. Disponível em <http://www.energiabrasil.com.br/website/artigo.asp?cod=559&id=557> Acessado em 18 de novembro de 2006.

O GLOBO. *Brasil vai de Bolívia contra Chávez*, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2007

----- *Bolívia 2 X 0 Brasil*, Rio de Janeiro, de 15 de fevereiro de 2007

VALOR ECONÔMICO. *Brasil, Peru, Chile, Argentina e Uruguai planejam criação de anel de gasoduto*, São Paulo, 14 de junho de 2005. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeirocaderno/brasil/Brasil+Peru+Chile+Argentina+e+Uruguai+planejam+criacao+de+anel+de+gasodutos...63,3084440.html>. Acessado em 12 de novembro de 2006

----- *"Lamentamos a troca do Acre por um cavalo"*, São Paulo, 12 de maio de 2006. Disponível em <http://www.valor.com.br/valoreconomico/285/primeirocaderno/132/Lamentamos+a+troca+do+Acre+por+um+cavalo...132,3682056.html> Acessado em 25 de fevereiro de 2007

----- *Anel energético vira prioridade para bloco*, São Paulo, 21 de junho de 2006. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/primeirocaderno/brasil/Anel+energetico+vira+prioridade+para++bloco+...63,3096917.html>. Acessado em 12 de novembro de 2006

----- *Títulos da dívida de Itaipu podem gerar crise entre Brasil e Uruguai*, São Paulo, 30 de junho de 2006. Disponível em <http://www.valor.com.br/valoreconomico/285/primeirocaderno/brasil/Titulos+da+divida+de+Itaipu+podem++gerar+crise+entre++Brasil+e+Paraguai...63,3769230.html?highlight=&newsid=3769230&areaid=63&editionid=1704> Acessado em 25 de fevereiro de 2007

Sites consultados

Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado
www.abegas.org.br

Agência Nacional de Energia Elétrica
www.aneel.gov.br

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
www.anp.gov.br

Companhia de Gás de São Paulo
www.comgas.com.br

British Gas
<http://www.bg-group.com>

Gas TransBoliviano
<http://www.gtb.com.bo>

Instituto Nacional de Estadística
www.ine.gov.bo

Integração de Infra-estrutura Regional Sul-americana
www.iirsa.org

Ministério de Hidrocarburos
www.hidrocarburos.gov.bo

Ministério de Minas e Energia
www.mme.gov.br

Petrobras
www.petrobras.com.br

Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil Bolívia
www.tbg.com.br

Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos
www.ypfb.gov.br

Entrevistas

BOTAFOGO, José. subsecretário-geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior do Itamaraty entre 1995 e 1998 e embaixador especial para assuntos do Mercosul em 2001. Depoimento concedido em 4 de dezembro de 2006, no Rio de Janeiro

LAMPREIA, Luiz Felipe. ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2000. Depoimento concedido em 6 de novembro de 2006, no Rio de Janeiro

MENEZES, Antonio. superintendente do Grupo Executivo para Viabilização para o Projeto de Gás da Bolívia (Gasb) entre 1994 e 1996 e vice-presidente executivo

da Gaspetro entre 1996 e 1999. Depoimento concedido em 18 de outubro de 2006, no Rio de Janeiro

ODDONE, Décio. presidente da Petrobras Bolívia entre 1999 e 2004 e atual gerente-executivo para o Cone Sul da Petrobras. Depoimento concedido em 19 de janeiro de 2007, no Rio de Janeiro

TOURINHO, Rodolpho. ministro de Minas e Energia entre 1999 e 2000. Depoimento concedido em primeiro de dezembro de 2006, no Rio de Janeiro

9. Anexos

Anexo 1

1. Reflexos da nacionalização

O tema desta pesquisa já havia sido escolhido quando o presidente boliviano Evo Morales anunciou o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, em primeiro de maio de 2006. Diante dessa nova situação, optamos por tecer algumas linhas sobre o ocorrido e seus desdobramentos para a política externa brasileira. Tendo em vista a proximidade do evento, não pretendemos fazer uma análise minuciosa do processo decisório que resultou em dois acordos já acertados entre os governos do Brasil e da Bolívia e as petrolíferas Petrobras e YPFB. Também não é nosso objetivo estabelecer paralelos entre os estilos de política externa de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditamos, porém, que é possível tirar algumas conclusões do episódio que reforçam a hipótese central deste trabalho de que os processos de liberalização política e econômica potencializaram a inclusão de atores domésticos no processo decisório de política externa, mas que a maior ou menor participação de tais atores dependerá dos arranjos institucionais internos.

Embora mais sucinto que os anteriores, este capítulo também tem subdivisões para que possamos melhor organizar nosso argumento. No primeiro item buscamos identificar as razões da nacionalização, associando-as às mudanças derivadas daqueles dois fenômenos que fizeram emergir novos atores na arena política boliviana. No segundo, nos debruçamos sobre os efeitos do decreto de Morales para a política externa brasileira, levando em conta a reação dos

principais atores envolvidos, a Petrobras e os ministérios de Minas e Energia e de Relações Exteriores. Para tal consideramos os padrões de continuidade da diplomacia brasileira nos governos de Cardoso e Lula, ou seja, suas políticas externas enquanto política de Estado, não de governo, cujos objetivos são a busca de autonomia no sistema internacional e o uso da diplomacia como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico nacional.

1.1 As razões da nacionalização

Antes de nos debruçarmos sobre as razões que levaram o presidente Evo Morales a decretar a nacionalização dos hidrocarbonetos, gostaríamos de fazer duas ressalvas. A primeira é que o ato de Morales não foi pioneiro na história contemporânea da Bolívia. No último século, o país assistiu a duas nacionalizações, uma em 1937, quando foi declarada a caducidade dos contratos de exploração e produção de óleo da americana Standard Oil; e outra em 1969, quando foram expropriados os bens da também americana Gulf Oil. Em ambos os casos, assim como na terceira nacionalização promovida pelo líder cocalero, a justificativa foi a inconstitucionalidade ou o desrespeito aos contratos vigentes por meio dos quais companhias estrangeiras teriam “usurpado” as riquezas naturais bolivianas¹.

A segunda ressalva é que a nacionalização das reservas de petróleo e gás ou a revisão dos contratos com companhias que atuam no setor não são fenômenos circunscritos às fronteiras latino-americanas ou à realidade de países em desenvolvimento. Elas ocorreram com relativa frequência ao longo da história mundial, fosse como reflexo do status de recurso estratégico que assumiu o petróleo a partir da Primeira Guerra Mundial, ou da percepção por parte dos governos de que a fatia que lhes cabia dos ganhos obtidos com as atividades petrolíferas estava aquém do desejado (YERGIN, 1992; GARCIA, 2005).

Coincidentemente, os países em desenvolvimento abrigam as maiores reservas de petróleo. Essa situação, associada ao fato de que tais nações fundaram

1 Para mais informações sobre as nacionalizações de 1937 e 1969 ver Garcia (2005)

companhias petrolíferas num momento posterior à criação de suas concorrentes pelos países desenvolvidos talvez explique por que o movimento de nacionalização tenha sido mais latente nos países de Terceiro Mundo até a década de 70². Se observarmos movimentos recentes na indústria do petróleo e gás, porém, também vamos encontrar iniciativas de nações de maior destaque no cenário internacional na mesma direção. Em 2004/2005, a Rússia reestatizou sua companhia de gás, a Gazprom. No ano seguinte, o governo britânico elevou em 10% os impostos cobrados sobre as atividades desenvolvidas no Mar do Norte. E em janeiro de 2007, os EUA anunciaram uma proposta de aumentar a taxa de royalties de 12,5% para 16,7% sobre as atividades em águas profundas do Golfo do México. A revisão de contratos segue nos países menos desenvolvidos, como Venezuela, Equador e Nigéria.

Da mesma forma que a onda de nacionalizações que se estendeu até os anos 70, a reviravolta nacionalista recente tem motivações políticas e econômicas. Num momento em que o ritmo da produção de hidrocarbonetos não acompanha o da demanda, inflando o preço do barril do petróleo, é esperado que países exportadores busquem exercer um maior controle sobre recursos energéticos estratégicos para fortalecer sua posição no cenário internacional. (FIORI, 2006) Também se espera que os governos das nações produtoras busquem redimensionar sua participação nos contratos comerciais com vistas à redistribuição dos ganhos obtidos com a exploração de suas jazidas. A terceira nacionalização boliviana levada a cabo por Morales não deve ser dissociada desta conjuntura. Isso posto, vejamos as particularidades sociais, políticas e econômicas da Bolívia que contribuíram para o feito.

1.1.1

Novos atores na arena política boliviana

A liberalização econômica e política vividas a partir dos anos 80 na Bolívia não cumpriram com a promessa de promover a inclusão social e elevar a participação dos atores domésticos na vida política nacional. A primeira obteve êxito na estratégia de contenção da inflação, fomentando um ambiente de relativa

2 Inserem-se nessa onda de nacionalizações a Bolívia (1937 e 1969), o México (1938), a

estabilidade até fins dos anos 90 e proporcionando crescimento de 7,5% anuais do segmento de hidrocarbonetos na mesma década (CUNHA, op cit, 484). Mais da metade da população, no entanto, permaneceu em condições de pobreza. Dispensados após o fechamento de dezenas de minas de estanho, operários que não foram absorvidos pela economia formal boliviana, rumaram para as zonas do Chapare, engordando o número de trabalhadores informais que se dedicavam ao cultivo de coca. (SAAVEDRA, op cit, 98)

Paralelamente, a redemocratização não conseguiu contornar o problema do déficit de representatividade com o qual a sociedade boliviana tem convivido desde a independência do país. A reforma política empreendida a partir do retorno ao regime democrático manteve duas práticas do processo político boliviano que continuaram a ferir a legitimidade dos governantes em diferentes esferas da administração pública. A primeira foi a nomeação dos cargos de governador (prefecto em espanhol) pelo presidente da República, limitando a participação dos eleitores nas decisões mais diretamente vinculadas ao seu cotidiano. A segunda, embora não institucionalizada, tornou-se regra de tanto se repetir. Refere-se à distribuição de cargos no Executivo (ministros, vice-ministros e os próprios governadores), resultante de acordos que visam sustentar as coalizões políticas. (HOFMEISTER, op cit, 284-285)

Conhecida como *cuoteo* (quotas), essa prática foi responsável pela alternância de três partidos no poder, até a vitória do Movimento ao Socialismo (MAS), em 2005. São eles o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) e o Ação Democrática Nacionalista (ADN)³. A ausência de resultados efetivos da coalizão política fez que os partidos tradicionais caíssem em descrédito. Segundo pesquisa do Latinobarômetro, em maio de 1995, cerca de 78% dos bolivianos os consideravam necessários para a democracia. Em fevereiro de 2003, esse índice havia sido

Venezuela (1975) e a maior parte dos países do Oriente Médio (década de 70).

³ O MNR é o mais antigo partido da Bolívia. Depois de liderar a Revolução de 1952, rompeu com seu nacionalismo revolucionário, passando a defender a adoção de medidas econômicas liberalizantes. O MIR representou uma variante jovem do movimento revolucionário. Foi fundado em 1971 para fazer resistência à ditadura de Hugo Bánzer, mas também acabou aderindo ao novo modelo de desenvolvimento introduzido no país. O ADN tem na figura de Bánzer seu principal ícone. Fundando em 1979, foi usado como instrumento político pelo ex-ditador para legitimar-se como líder político. Assim como os outros dois, integrou o Pacto pela Democracia, que visava obter consenso em torno das mudanças econômicas que seriam introduzidas a partir dos anos 80 e,

reduzido para 52% (Ibid, 298), expressão da crise de legitimidade que se abateu sobre as instituições políticas, vistas como incapazes de mediar os diversos interesses societários. (VILLA e URQUIDI, 2006: 64)

Diante do exposto acima, podemos dizer que, na virada do milênio, estavam dados todos os três fatores enumerados por Moravcsik (1997) que impõem constrangimentos e, ao mesmo tempo, criam incentivos para a busca de uma participação mais ativa por parte dos atores domésticos no processo decisório político. A disponibilidade material de recursos era limitada, haja vista o elevado grau de concentração de riqueza na sociedade boliviana; a influência sobre os canais de acesso aos representantes políticos era igualmente restrita, com mínimo espaço para reivindicação da satisfação das preferências da maior parte da população; e a crença nas instituições políticas responsáveis pelo equacionamento do conflito distributivo interno seguia uma trajetória descendente.

Esse conjunto de fatores, derivados de ou acentuados pelas mudanças político-econômicas recentes no país, fez que antigos protagonistas da vida pública boliviana cedessem espaço para novos atores. Desde a Revolução de 1952 até os anos 80, o MNR e a Central Obrera Boliviana (COB), equivalente à Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Brasil, dominavam a cena política nacional. (HOFMEISTER, op cit, 274; WASERMAN, op cit, 327) A partir de então, o nacionalismo revolucionário deixa de ser condição para o exercício de poder – uma vez que o Estado perde sua importância como motor do desenvolvimento econômico – e a identidade operária começa a ser diluída, com o deslocamento do eixo econômico das minas para as jazidas de gás.

Na visão de Wasserman, as transformações por que passaram os grupos sociais até então predominantes na arena política boliviana tiveram como efeito colateral a reativação de um dos traços mais marcantes da identidade do país, sua composição étnica. Ao migrarem para a zona rural à procura de emprego e se envolverem no plantio da coca, os operários reascenderam antigas demandas das comunidades indígenas, que há muito lutavam por respeito aos valores e práticas tradicionais, entre elas o cultivo da coca. Também fortaleceram o movimento camponês ao engrossarem o coro dos que defendiam a redistribuição da terra. A experiência de mobilização dos operários herdada da época em que o setor

assim, assegurar a governabilidade do país. (HOFMEISTER, op cit, 299-300; WASERMAN,

minerador era forte contribuiu para uma maior organização de movimentos antes desarticulados. (Ibid, 330-332)

O resultado foi uma fusão muito particular de diferentes segmentos sociais com demandas distintas, porém, unidas em torno de duas reivindicações comuns: o acesso eqüitativo e sustentável aos recursos naturais e a maior participação na gestão local. (Crespo apud WASERMAN, op cit, 336) O perfil dos movimentos sociais que começaram a emergir na Bolívia do século XXI, portanto, está desvinculado das rígidas identidades classistas que os caracterizaram no passado. (VIGENANI, 2006: 8) Talvez esta seja uma das razões para que seu componente étnico seja tão salientado, uma vez que os índios reúnem boa parte da especificidade das demandas. Não têm acesso a terra, sua representatividade no sistema político nacional é baixa, integram o grupo dos que vivem em extrema pobreza etc. Além disso, ao valorizarem suas tradições, estabeleceram um contraponto às transformações econômicas introduzidas por meio de um discurso que aludia à modernidade, mas que terminaram acentuando a disparidade social boliviana. Tornaram-se, assim, um símbolo de resistência.

1.1.2

O simbolismo do gás e a derrocada dos partidos tradicionais

A centralidade das comunidades indígenas na nova onda de movimentos sociais que se espalhou pela Bolívia fez que uma de suas características marcantes fosse o elevado grau de simbolismo, com freqüentes remissões a valores e rituais ancestrais, bem como a conflitos que marcaram a história do país. (VIGEVANI, 2006; TABORGA, 2005) A literatura aponta como marco inicial desse novo perfil dos movimentos sociais a chamada Guerra da Água, em abril de 2000, quando sucessivos protestos levaram o governo de Hugo Bánzer (1997-2001) a cancelar um contrato de privatização dos serviços de distribuição de recursos hídricos com o consórcio Águas de Tunari, formado por capitais espanhóis, italianos, americanos e bolivianos⁴.

2004: 328)

4 Os protestos envolveram dois núcleos regionais: o departamento de Cochabamba, onde foi fundada a Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, e o Altiplano, onde se criou a Confederação Sindical Única de Trabalhadores do Campo Boliviano. A COB, que tradicionalmente liderava as manifestações, não esteve diretamente articulada a nenhuma das duas organizações. Segundo Saavedra (2004), as agitações foram espontâneas e ainda eram um tanto

Vencida a batalha pela água, iniciou-se a luta pelo gás. O estopim para a retomada mais intensa das manifestações populares foi a decisão do governo de Sanchez Lozada, reeleito por uma pequena margem de votos em 2002⁵, de exportar gás *in natura* para os Estados Unidos por meio de um porto chileno. O transporte até o Oceano Pacífico seria feito pelo consórcio Pacific LNG - formado pela hispano-argentina Repsol/YPF, a anglo-holandesa Shell e as britânicas BG e BP -, também responsável por sua liquefação e venda para o mercado americano. (SAAVEDRA, op cit, 103) A decisão de Lozada é apontada por Taborga como uma espécie de gatilho da memória de opressão vivida pelo povo boliviano desde o período colonial. Por um lado, afirma o autor, a exportação do gás por um porto chileno fez reascender no imaginário popular a derrota nas guerras travadas com o país vizinho no século XIX, quando a Bolívia perdeu seu acesso ao mar. (TABORGA, op cit, 13)

Por outro, as negociações com as empresas estrangeiras fizeram reviver o mito imperialista “por meio do qual se atribui aos Estados Unidos uma vocação perversa de saque dos recursos naturais em seu perímetro hegemônico”. (Idem) As reservas de prata, estanho e petróleo já haviam se esgotado como decorrência da exploração irracional dos recursos naturais bolivianos, sem que o país tivesse a contrapartida do desenvolvimento econômico. Os bolivianos não estavam dispostos a abrir mão da última riqueza de que dispunham. Desde então, a nacionalização das reservas gasíferas passou ao topo das reivindicações dos movimentos sociais, simbolizando a resistência ao modelo econômico adotado na década de 80, que facilitou a entrada do capital internacional no país.

Em 21 de setembro de 2003, os índios de Warisata (norte da capital La Paz) declararam guerra contra o governo de Lozada e o consórcio Pacific LNG.

desordenadas, reunindo reivindicações de caráter cultural, étnico e econômico. Enquanto os militantes de Cochabamba buscavam anular o contrato firmado com o consórcio multinacional, em setembro de 1999, os indígenas e camponeses do Altiplano protestavam contra o projeto de lei da água, em tramitação no Congresso, e contra a nova regulamentação da propriedade de terra. Em 10 de abril de 2000, 50 mil pessoas tomaram a praça central de Cochabamba, levando o governo a romper o contrato, sem direito à indenização. A partir de então, a Coordenadora assumiu a administração da distribuição de recursos hídricos na região. O movimento do Altiplano também surtiu efeito. A lei da água foi aprovada com modificações propostas pelas comunidades. (WASERMAN, op cit, 334-336)

⁵ Lozada foi eleito pelo MNR, com 22,4% dos votos válidos, apenas 42.842 votos a mais que segundo colocado, Evo Morales, do MAS, que obteve 20,9% da preferência do eleitorado. (SAAVEDRA, op cit, 102) A estreita margem denotava desde o início do mandato a fragilidade do presidente e sua falta de legitimidade.

Com velhos fuzis Mauser em punho – mais simbólicos que de fato úteis –, reivindicavam a revogação da decisão sobre a exportação do gás. (WASERMAN, op cit, 338-339) A iniciativa foi acompanhada por manifestações de mineiros e camponeses, das quais participou o MAS. A resposta do governo foi violenta. Os choques mais sangrentos ocorreram nos dias 11 e 13 de outubro. Saavedra relata que, inicialmente, foram bloqueados a auto-estrada que liga a cidade de La Paz à de El Alto e o aeroporto, além de cercada a fábrica de gás e gasolina de Senkata. Vinte e seis pessoas morreram. Na segunda-feira, dia 13, o campo de batalha foi transferido para a capital, com saldo de mais 23 mortos. No dia seguinte, um coronel do Exército se convenceu de que não conseguiria acatar a ordem de deter uma marcha de mineiros na capital. Abriu caminho para as colunas sindicais e, como escreve o autor, mudou o rumo dos acontecimentos. (SAAVEDRA, op cit, 106)

A marcha avançou sobre a praça San Francisco para a qual convergiram outras passeatas vindas de diferentes bairros da cidade. Não eram mais apenas indígenas, camponeses e mineiros que delas participavam. Tampouco as reivindicações se limitavam à nacionalização das reservas de gás. Setores da classe média e da Igreja endossaram o coro pela renúncia de Lozada. A pressão popular fragmentou a coalizão que sustentava o presidente, levando-o a deixar o poder em 17 de outubro. Seu vice, Carlos Mesa, assumiu o governo, mas igualmente não conseguiu manter-se à frente do país. Foi derrubado em junho de 2005 por se recusar a promulgar uma nova lei de hidrocarbonetos aprovada pelo Congresso no mês anterior, que revogava alguns pontos da legislação aprovada por Lozada em seu primeiro governo⁶. Nos sete meses seguintes, a Bolívia teve mais dois presidentes, Mario Cosío, presidente da Câmara dos Deputados, e Eduardo Rodríguez, então presidente da Suprema Corte de Justiça. Ambos sucessores constitucionais de Mesa.

A vitória de um ex-líder cocalero de nacionalidade aimará nas eleições presidenciais de dezembro de 2005 foi a expressão máxima da dimensão que os

6 A Lei 3.058, de 17 de maio de 2005, estabeleceu que todos os contratos em vigor seriam revistos e que a carga tributária a ser cobrada sobre o faturamento obtido com a produção dos campos petrolíferos e gasíferos bolivianos seria elevada de 18% para 50%, sendo 18% de royalties e participações e 32% de tributos. A lei anterior, promulgada em 1996, na gestão de Lozada, estabelecia que os 50% seriam cobrados apenas para os classificados como campos existentes, ou

novos movimentos sociais tomaram na Bolívia. A plataforma política de Morales incluía a nacionalização das reservas de gás bolivianas e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que tinha, entre outros objetivos, incorporar os indígenas nos processos político-decisórios⁷. As duas demandas que, segundo Crespo (apud Wasserman, 2004), uniformizaram as reivindicações dos novos protagonistas da arena política boliviana, o acesso aos recursos naturais e a descentralização do processo decisório, estavam entre as prioridades do novo governo. Paralelamente, a chegada do MAS ao poder representou um baque no sistema partidário tradicional (TABORGA, 2005; SALOMÃO, 2006) e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos protagonistas da velha ordem política.

A nacionalização do setor de hidrocarbonetos executada por Morales, portanto, encontra suas razões mais profundas nas mudanças políticas e econômicas recentes que favoreceram a emergência de novos atores na vida pública da Bolívia. A redemocratização não implicou a imediata inclusão das preferências sociais no processo de tomada de decisão, mas, ao reinstaurar o processo eleitoral, permitiu que um partido que refletisse a vontade popular chegasse ao poder⁸. Já as transformações econômicas introduzidas a partir de 1985 ampliaram a massa de excluídos, encorpando os movimentos sociais, que – conscientemente ou não – elegeram o gás como símbolo da resistência contra a liberalização econômica.

seja, que já haviam iniciado a produção. Os campos novos seriam taxados em 18%. De acordo com Garcia, 85% dos poços de petróleo foram classificados como novos. (GARCIA, 2005, 136)

7 Salomão (2006) enumera quatro prioridades da agenda da Assembléia Nacional Constituinte: a nacionalização dos recursos naturais, a industrialização do país, a reforma agrária e a incorporação dos indígenas no processo político decisório.

8 Morales foi eleito com 53,74% dos votos. O segundo colocado, Jorge Quiroga, que concorreu pelo Poder Democrático e Social (Podemos), conquistou 28,59% dos eleitores. Foi a segunda vez que um governante democraticamente eleito assumiu a presidência por maioria absoluta. O primeiro foi Hermán Siles Zuazo (1956-1960), que obteve 84,4% dos votos (VILA; UQUIRDI, op cit, 68) Apesar da legitimidade conquistada no processo eleitoral, deve-se enfatizar que as greves e protestos continuaram na Bolívia após a posse de Morales, o que contribuiu para a queda de popularidade do presidente. De acordo com Carra e Cepik (2006), na data do anúncio da nacionalização, em primeiro de maio de 2006, a popularidade de Morales havia caído de 80% para 62%. Na opinião dos autores, isso pode ter antecipado a nacionalização, mas não se constituiria em uma das causas do anúncio.

1.2

A nacionalização e seus efeitos para a política externa brasileira

Evo Morales e seu vice-presidente, Álvaro Garcia Linera, tomaram posse em 21 de janeiro de 2006. A cerimônia teve forte sentido simbólico. Ambos vestiam trajes tradicionais e adentraram em Tiwanaku, centro da civilização originária do Altiplano, com colares feitos de folhas de coca. No discurso, Morales enfatizou o regresso dos indígenas ao comando da nação após a derrota de Atahualpa e Huáscar para os espanhóis há cerca de 500 anos. A convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a nacionalização dos hidrocarbonetos, ambas promessas de campanha, representariam a refundação do Estado boliviano sobre novas bases. (VIGEVANI, op cit, 9)

Menos de quatro meses depois, o anúncio da nacionalização das reservas de gás bolivianas foi igualmente feito com elevada dose de simbolismo. Em primeiro de maio, Evo Morales anunciou o decreto supremo 28701, chamado Heróis do Chaco, em referência aos mortos na Guerra do Chaco (1932-1935), pelo qual recuperava a propriedade dos recursos energéticos transferida para as multinacionais na gestão Lozada⁹. Simultaneamente, tropas do Exército ocuparam as duas refinarias da Petrobras e outros 56 campos e blocos exploratórios pertencentes a outras empresas. O gesto – que demonstra mais preocupação com a política doméstica que habilidade diplomática – pode ser considerado uma das principais razões pela repercussão negativa do decreto no Brasil e o tom belicoso que alguns órgãos de imprensa adotaram na cobertura do evento¹⁰.

9 Vale ressaltar que as riquezas do subsolo nunca deixaram de ser propriedade da União na Bolívia, assim como o é no Brasil. O que os contratos firmados com as petrolíferas na gestão Lozada fizeram foi transferir a propriedade dos hidrocarbonetos às empresas a partir do momento que tais recursos fossem extraídos. Assim, as companhias podiam dar o destino que quisessem ao gás e petróleo encontrados. Os novos contratos negociado a partir do decreto supremo 28701 deram mais poder à YPF, que passou a centralizar a comercialização dos recursos, sendo assim responsável pelo destino das riquezas energéticas.

10 Na nossa opinião, há uma relação direta entre o simbolismo da ocupação militar das refinarias da Petrobras e a necessidade de Morales obter apoio popular para a Assembléia Nacional Constituinte (ANC), o que se torna claro se analisarmos os mecanismos legais que regem a ANC. Segundo Salomão (2006), para introduzir emendas na Constituição boliviana, são necessários 67% das cadeiras da assembléia, além de um referendo popular convocado 120 dias após a apresentação do projeto de reforma pela ANC. A aprovação ou reprovação do referendo é feita por maioria absoluta. Como a eleição das cadeiras da ANC havia sido marcada para 2 de julho e a popularidade do presidente estava em declínio, o alarde feito com a nacionalização – um ato que

O decreto foi amparado em uma série de dispositivos legais evocados no próprio documento. Entre eles estão os artigos 136, 137 e 139 da Constituição, que declaram os hidrocarbonetos patrimônio inalienável do Estado; o artigo 59, que exige a necessidade de aprovação pelo Congresso dos contratos que exploram riquezas naturais, o que não foi feito na gestão Lozada; e a Lei 3058, aprovada pelo Congresso em maio de 2005, que obrigava as petrolíferas a firmar novos contratos, o também não havia sido feito ainda. Entre os principais pontos do documento, destacam-se:

a) As companhias estrangeiras terão 180 dias para firmar os novos contratos de exploração e produção com o governo boliviano (Art. 3). Durante esse período, os campos cuja produção em 2005 tiver sido superior a 2,8 milhões de metros cúbicos diários, terão sua carga tributária elevada para 82% (18% de royalties e participações, 32% de tributos e 32% como participação adicional). Os demais serão taxados em 50% (Art. 4). Com os 32% adicionais, Morales pretendia reerguer a YPFB;

b) A YPFB passará a deter o controle de 50% mais uma ação das seguintes empresas: Chaco, Andina, Transredes, Petrobras Bolívia Refinación e Companhia Logística de Hidrocarburos de Bolívia (CLHB). Não foi mencionado qualquer tipo de indenização (Art 7).

O decreto atingiu diretamente a Petrobras. Os dois campos operados pela empresa na Bolívia, San Alberto e San Antonio, eram os únicos que haviam ultrapassado o patamar de 2,8 milhões de metros cúbicos de gás diários em 2005. Das cinco empresas que a YPFB assumiu o controle, duas tinham participação da estatal brasileira, a Petrobras Bolívia Refinación e a CLHB. As medidas tornaram incerto o futuro das operações da companhia na Bolívia, país em que a Petrobras havia investido aproximadamente US\$ 1 bilhão entre 1996 e 2004 e que detinha,

poderia ser meramente administrativo – pode ser interpretado como uma tentativa de Morales de obter ganhos políticos e assim assegurar o quorum necessário para as reformas pretendidas na Carta. Mas isso não aconteceu. O MAS obteve 134 das 255 cadeiras, o que corresponde a 52% do total.

em 2005, um terço das reservas internacionais da empresa na América do Sul¹¹. Além disso, a Bolívia ocupa papel central na estratégia de internacionalização da Petrobras, como já visto, e é fonte de gás crucial para honrar os compromissos da petrolífera no Brasil.

O ato de Morales também feriu os interesses do Brasil, ao colocar em risco os dois objetivos constantes de política externa do Estado brasileiro que orientaram a integração energética com a Bolívia. O primeiro deles foi o suprimento gasífero necessário ao desenvolvimento econômico nacional. Lembremos que os cerca de 24 milhões de metros cúbicos a 27 milhões de metros cúbicos diários de gás boliviano abastecem os principais centros industriais do país, São Paulo recebe metade desse volume, o que corresponde a 70% do seu consumo de gás. Uma eventual interrupção do fornecimento energético comprometeria a atividade industrial paulista.

Paralelamente, o projeto de liderança regional brasileiro, por meio do qual se busca autonomia no plano internacional também foi ameaçado. Embora as análises que classificam o presidente Evo Morales como uma marionete nas mãos do presidente venezuelano Hugo Chávez sejam um tanto reducionistas, não se pode negar sua influência sobre o ex-líder cocalero e a projeção que Chávez vem ganhando na região. Dois dias antes do anúncio da nacionalização, Morales se reuniu com Chávez, em Cuba, encontro do qual participou o presidente Fidel Castro. O governo brasileiro, apesar de ciente de que a nacionalização ocorreria, visto que era uma demanda popular antiga, não foi informado de quando ela seria feita nem sobre o teor das medidas¹². Dois dias após o anúncio, Morales e Chávez voltaram a se encontrar, desta vez em La Paz. O encontro precedeu a abertura de negociações com o Brasil, ocorrida apenas no dia seguinte.

Na visão de Carra e Cepik (2006), a aproximação entre os dois países reflete o alinhamento de Morales com a Alternativa Bolivariana por las Américas

11 Os dados constam na apresentação A Petrobras e as medidas adotadas na Bolívia feita pelo presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, em 3 de maio de 2006, na sede da empresa, no Rio de Janeiro

12 Uma reunião de emergência foi convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava em São Paulo no dia do anúncio, antecipando a volta ao Brasil de alguns dos principais interlocutores com a Bolívia. Segundo a reportagem do jornal *Folha de São Paulo* “Pego de surpresa, governo estuda reação”, de 2 de maio de 2006, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, estavam nos Estados Unidos cumprindo agendas distintas e o chanceler Celso Amorim estava em Genebra. Ainda segundo a reportagem, as medidas tomadas por Morales soaram mais duras que as esperadas.

(Alba), projeto alternativo de integração regional encabeçado por Chávez. Lançada em 2004, com adesão de Cuba, a Alba é pouco relevante do ponto de vista econômico, uma vez que exclui a principal economia regional. Segundo o assessor especial de política externa do governo Lula, Marco Aurélio Garcia, ela nunca foi proposta ao Brasil. Talvez por isso mesmo possa se configurar como um obstáculo ao exercício da liderança brasileira na região. Embora não rivalize com o Mercosul do ponto de vista econômico, como reconhece o próprio Garcia, a Alba “é um projeto político ideológico muito preciso”, que tem levado “alguns segmentos que partilham valores nacionalistas e antiimperialistas” a se identificar com o discurso chavista.¹³

O alinhamento ideológico entre vizinhos não seria suficiente para que a Venezuela criasse obstáculos à aspiração brasileira. Mas Chávez não tem limitado sua estratégia de atração dos vizinhos para seu projeto alternativo de integração regional apenas ao discurso de oposição aos Estados Unidos e à exaltação do nacionalismo. Robert Gilpin (1987) enfatiza que a hegemonia só será assegurada se o *hegemon* estiver disposto a prover os bens públicos às demais nações do sistema internacional e arcar com os custos da liderança. É o que o presidente venezuelano vem fazendo. Sentado sobre a sexta reserva mundial de petróleo num momento em que a *commodity* vem sendo comercializada a preços elevados, Chávez vem conquistando aliados também por suas políticas de auxílio econômico-financeiro às nações vizinhas. Além da venda de barris de petróleo e derivados a preços subsidiados, comprou títulos da dívida argentina e equatoriana no valor de US\$ 3,5 bilhões e US\$ 20 milhões¹⁴ e negocia com o Uruguai a compra de parte da dívida de US\$ 19 bilhões que o país tem com a hidrelétrica de Itaipu.¹⁵ À Bolívia, anunciou US\$ 1,5 bilhão em projetos para produção de derivados de petróleo e troca de soja por óleo.¹⁶

As diferentes conseqüências da nacionalização sobre os principais atores que estiveram envolvidos na integração energética com a Bolívia na gestão

13 Entrevista concedida ao site *Agência Carta Maior*, “Nosso objetivo internacional era integrar a América do Sul. E conseguimos”, em 1 de junho de 2006

14 O levantamento consta na reportagem “Chávez gasta US\$ 4 bi em ajuda regional”, de 10 de julho de 2006, publicada no jornal *Folha de São Paulo*

15 A informação é da reportagem “Títulos da dívida de Itaipu podem gerar crise entre Brasil e Uruguai,” de 30 de junho de 2006, publicada no jornal *Valor Econômico*

16 A informação é da reportagem “Brasil vai de Bolívia contra Chávez”, de 20 de janeiro de 2007, publicada no jornal *O Globo*

Cardoso vão determinar as divergências de posição que cada um deles adotou inicialmente durante as negociações no mandato de Lula. Como já afirmado, não se pretende fazer uma análise minuciosa do processo decisório que culminou com os novos acordos de exploração e produção entre a Petrobras e o governo boliviano e com o acerto em torno da nova fórmula na qual se baseará o preço do gás importado. O ponto a ser ressaltado é que os desdobramentos da nacionalização reforçam a necessidade de se incorporar nas diretrizes de política externa as preferências dos segmentos sociais e econômicos domésticos, tarefa que só pode ser feita com eficácia se os canais de acesso à participação política forem fortalecidos.

1.2.1

Divergências de posição e parâmetros para a resposta brasileira

A reação mais dura à nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos partiu da Petrobras. Ao tomar conhecimento do ato, em Houston (EUA), o presidente da empresa José Sergio Gabrielli classificou a decisão de Morales de “unilateral” e “não amistosa.”¹⁷ Dois dias depois, convocou a imprensa para dizer que estava suspendendo novos investimentos na Bolívia e que não aceitaria aumento do preço do gás, estando disposto a recorrer à arbitragem internacional, se necessário.¹⁸ O Ministério de Minas e Energia declarou que o decreto foi “um ato inamistoso que pode ser entendido como rompimento nos entendimentos.”¹⁹ Já o Ministério de Relações Exteriores teve uma reação mais comedida. Divulgou nota em que afirmava que “a decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização, é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania”²⁰.

17 As declarações constam na reportagem “Petrobras afirma que decisão foi não amistosa”, de 2 de maio de 2006, publicada no jornal *Folha de São Paulo*

18 O principal investimento cancelado foi a ampliação do Gasbol, por meio da qual a Petrobras traria 15 milhões de metros cúbicos adicionais de gás para o Brasil. A suspensão foi seguida por outras empresas envolvidas no projeto, entre elas a BG e a francesa Total. Um dos argumentos apresentados por Gabrielli para a rejeição ao aumento de preço foi a recusa do governo boliviano em aceitar o pedido da Petrobras para reduzir o preço do gás em 2003, quando a empresa brasileira pagava pela importação de 24 milhões de metros cúbicos de gás, mas só consumia a metade (cláusula do take or pay). O recurso à arbitragem internacional está previsto em contrato, quando as partes não chegam ao acordo. O fórum eleito para solução de controvérsias é Nova York.

19 A declaração consta na reportagem “Pego de surpresa, governo estuda reação”, de 2 de maio de 2006, publicada no jornal *Folha de São Paulo*

20 A nota foi publicada no jornal *Valor Econômico* em 3 de maio de 2006

Apesar de criticada, a reação do Itamaraty foi a que deu o tom das negociações com o governo boliviano e com a YPFB. Evitando falar em crise diplomática, o chanceler Celso Amorim e o presidente Lula buscaram solucionar a questão adotando um discurso amistoso com a Bolívia e uma política de incentivos à cooperação, que incluiu a construção de uma fábrica de biodiesel no país andino, financiamento de exportação de tratores brasileiros para agricultores bolivianos, acesso ao Atlântico por meio do Rio Madeira e inclusão da Bolívia na rota rodoviária ligando Guajaramirim, em Rondônia, a portos do Peru, assegurando também o acesso ao Pacífico²¹.

Carra e Cepik (2006) enumeram alguns parâmetros para a resposta do Itamaraty. O primeiro deles é a dependência boliviana em relação ao mercado consumidor brasileiro. O Brasil absorveu mais de 70% das exportações gasíferas da Bolívia em 2005, segundo a apresentação feita por Gabrielli à imprensa, em 3 de maio. Individualmente, nenhum outro país na América do Sul teria condições de substituí-lo. É forte também a dependência da Bolívia em relação à Petrobras. A empresa respondeu por 57% da produção local de gás e um quarto da arrecadação de impostos em 2005, de acordo com Gabrielli. Dificilmente, portanto, o governo boliviano romperia relações com o Brasil.

O Brasil, por sua vez, também é fortemente dependente do gás boliviano, como igualmente já assinalado. E as alternativas para esta fonte energética não são imediatas. A Petrobras estima que as duas plantas de Gás Natural Liquefeito (GNL), com capacidade total de 20 milhões de metros cúbicos de gás, só estejam disponíveis em 2009. Alguns avanços no desenvolvimento de campos de gás nacionais estão sendo obtidos, mas o maior campo gasífero da Região Sudeste, o campo de Mexilhão, na Bacia de Santos, só entrará em operação também em 2009. Ainda assim, o gás boliviano será necessário para atender a demanda doméstica esperada de 121 milhões de metros cúbicos de gás para 2011.²²

21 O pacote foi anunciado na XXXII Cúpula do Mercosul, realizada entre 18 e 19 de janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, segundo a reportagem “Brasil vai de Bolívia contra Chávez”, de 20 de janeiro de 2007, publicada no jornal *O Globo*.

22 A Petrobras prevê demanda de 121 milhões de metros cúbicos de gás em 2011 distribuídos da seguinte forma: 48,4 milhões de metros cúbicos de térmicas, 38,6 milhões de metros cúbicos de indústrias e 34 milhões de metros cúbicos de outros. A oferta será atendida da seguinte forma: 71 milhões de metros cúbicos de produção nacional, 30 milhões de metros cúbicos de gás boliviano e 20 milhões de metros cúbicos de GNL. As informações constam no plano estratégico 2007-2011 da área de gás e energia da Petrobras, apresentando em 1 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro.

Concordamos com os autores em que a ausência de uma alternativa para a importação do gás boliviano e o compromisso com a integração regional balizaram a posição do Ministério de Relações Exteriores. A generosidade brasileira com a Bolívia, apontada por alguns como de cunho essencialmente ideológico, portanto, não foi desprovida de razões pragmáticas. Além de melhorar o ambiente para a negociação em torno do preço do gás e dos negócios da Petrobras na Bolívia, foi uma tentativa de fortalecer o fragilizado processo de integração regional²³ e neutralizar a influência chavista na região, de modo a manter aberto o caminho para o exercício da liderança brasileira no âmbito da América do Sul e, assim, cumprir com o duplo objetivo que tradicionalmente tem orientado nossa política externa.

1.2.2.

As negociações

Depois de uma reunião multilateral ocorrida em 4 de maio, em Puerto Iguazu, na Argentina, da qual participaram Lula, Morales, Chávez e o presidente argentino Nestor Kirchner, as negociações assumiram um caráter bilateral. Apesar dos tropeços provocados principalmente por declarações e novas medidas agressivas por parte dos bolivianos²⁴, as conversas avançaram tanto no nível político quanto no técnico. Nos últimos dez meses, foram realizados encontros entre diplomatas e representantes do Ministério de Minas e Energia de ambos os países. Também foram organizados três grupos de trabalho com técnicos da Petrobras e da YPFB para debater i) a revisão dos contratos de exploração e produção da Petrobras na Bolívia; ii) a indenização pela transferência do controle acionário das refinarias da companhia brasileira; iii) o preço do gás. Apenas os dois primeiros itens estavam diretamente relacionados com o decreto. Os prazos

23 Lembremos que, em fins da década de 90, as relações diplomáticas entre os vizinhos sul-americanos sofreram abalos com as sucessivas crises financeiras. Nos anos 2000, contenciosos se somaram às dificuldades econômicas. A Comunidade Andina das Nações (CAN) se desintegrou com a saída da Venezuela, Uruguai e Argentina trocaram farpas por conta da instalação de fábricas de celulose nas margens do Rio Uruguai, e Paraguai e Uruguai criaram mal-estar entre os demais membros do Mercosul ao expressarem disposição de firmar acordos bilaterais com os Estados Unidos.

24 Destacam-se as declarações de Morales de que a Bolívia trocou o estado do Acre por um cavalo e que a Petrobras atuava de forma ilegal no país poucos dias após a nacionalização, e a decisão do

de negociação foram estendidos inúmeras vezes e, até agora, nenhuma das partes recorreu à arbitragem internacional.

Das três questões em discussão duas foram aparentemente equacionadas, embora seus desdobramentos ainda sejam incertos. Na madrugada de 29 de outubro, Petrobras e YPFB assinaram, em La Paz, os novos contratos de exploração e produção. Pelo novo modelo, a Petrobras perde a propriedade dos hidrocarbonetos na boca do poço, visto que a YPFB passa a responder pela política de comercialização. Também terá de repassar à YPFB e ao governo da Bolívia um montante maior que o inicialmente previsto pela lei de hidrocarbonetos de 2005, porém, menor que estabelecido no decreto de nacionalização. Em que pese as críticas, a companhia afirma que os termos asseguram os mínimos 15% de rentabilidade para garantir a sustentabilidade dos negócios no país andino. Vale lembrar ainda que os novos contratos, classificados como contratos de produção compartilhada, são comuns na indústria do petróleo. A Petrobras mantém contratos semelhantes com países africanos, como Líbia, Angola e Nigéria.

Já as negociações acerca do preço do gás – tema que não está diretamente relacionado ao decreto de nacionalização – demandaram grande habilidade técnica por parte da Petrobras para minimizar seus custos. Para compreendermos o desfecho das conversas é preciso retornar ao contrato de compra e venda de gás firmado em 1996. Naquele documento, foi definido que as variações nos preços internacionais de uma cesta de óleos balizariam o reajuste do gás boliviano. Entretanto, não foram incluídos na cesta componentes mais nobres do gás, como o butano e o propano, que formam o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), popular gás de cozinha. Isso provocou prejuízos à Bolívia, que vendia um gás com ingredientes valiosos pelo preço dos menos cotados.

Morales abriu a negociação exigindo US\$ 2 de aumento, o que elevaria em 45% o preço pago pela Petrobras à YPFB²⁵. O desejo do presidente boliviano era de que o preço do gás acompanhasse exclusivamente as oscilações do petróleo. Como bem observou o economista boliviano Carlos Alberto López, porém, o

Ministério de Hidrocarburos da Bolívia de confiscar o fluxo de caixa das refinarias da Petrobras, o que acabou custando o cargo do então ministro Andrés Soliz Rada.

²⁵ Em abril, um mês antes da nacionalização, o preço por milhão de BTUs era de US\$ 3,69. O valor não inclui o transporte, que estava em cerca de US\$ 1,80, totalizando, US\$ 5,50, segundo informações obtidas junto à Petrobras.

petróleo e o gás seguem lógicas distintas de definição de preço. Enquanto o primeiro é uma *commodity*, o que uniformiza o preço de comercialização em todo o mundo, o preço do gás é regional, pois depende de infra-estrutura para seu escoamento. Por essa razão, não é possível cobrar o preço de comercialização dos Estados Unidos no Brasil, por exemplo. Este tem de ser negociado caso a caso²⁶.

A solução encontrada pelos técnicos da Petrobras foi incluir os componentes do gás que haviam sido excluídos da fórmula de ajuste. Estes serão considerados, no entanto, apenas para volumes com poder calorífero de 8.900 kcal por metro cúbico. Como o gás importado da Bolívia chega ao Brasil com 9.200 kcal a 9.400 kcal por metro cúbico, a diferença vai incidir sobre uma parcela pequena do gás. Ainda há incerteza quanto ao real índice de reajuste, uma vez que ele vai depender das oscilações internacionais daqueles componentes. O Ministério de Minas e Energia calcula que será de 3% a 6%. O ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Villegas, calculou em US\$ 100 milhões o custo adicional anual, o que significaria um aumento de 8%. Qualquer que seja o índice de reajuste, a empresa brasileira vai absorver os custos. Em nota divulgada após o acerto com a Bolívia, a Petrobras afirmou que o reajuste valerá apenas para os novos contratos, sem qualquer prejuízo para aqueles hoje em vigor.

1.3

Considerações finais

Quase um ano após o decreto de nacionalização, já podemos avaliar seu impacto para os atores envolvidos e tirar algumas conclusões dos acertos fechados. A primeira delas é que, assim como as negociações que resultaram no acordo que promoveu a integração energética com a Bolívia na gestão Cardoso, as que sucederam ao decreto da nacionalização tiveram um viés político, em que a presidência da República e o Itamaraty assumiram papéis determinantes. Citando fontes diplomáticas, o jornal *O Estado de São Paulo*, afirmou que a decisão de ceder às pressões bolivianas no acordo sobre a nova fórmula do preço do gás

²⁶ Entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, “Preço do gás boliviano subiu 307% desde 1999”, publicada em 10 de maio de 2006.

partiu de Lula, que considera a Bolívia um fator fundamental para a estabilidade no continente.²⁷

Espera-se que a recuperação da propriedade dos hidrocarbonetos e o aumento no preço do gás, ainda que aquém do desejado por Morales, amplie a base de apoio do líder boliviano, contribuindo para a estabilidade do país e para neutralizar a influência chavista sobre o vizinho. Dessa forma, alguns entraves ao processo de integração regional seriam minimizados, ajudando a desobstruir o caminho para o exercício da liderança brasileira na América do Sul, como historicamente perseguido pelo Ministério das Relações Exteriores. Ao ordenar que fossem feitas concessões a Morales e prover um pacote de incentivos, Lula também assegurou o fornecimento do gás boliviano, indispensável para manter as atividades industriais do país. O segundo objetivo de política externa que conduziu à aproximação com a Bolívia – a promoção do desenvolvimento econômico nacional – estaria, assim, contemplado nas negociações.

Embora aparentemente menos influente nas decisões, o Ministério de Minas e Energia também teve suas preferências atendidas, uma vez que manteve a orientação de ampliar a participação do gás na matriz energética nacional, como demonstram as estimativas para consumo do gás. Em 2005, as térmicas consumiram 7,1 milhões de metros cúbicos de gás por dia, ou 15% do total, enquanto o consumo industrial foi de 24,8 milhões de metros cúbicos, o que correspondeu a 54% do volume consumido no ano. Em 2011, a termelétrica responderá por 48,4 milhões de metros cúbicos (40%) e a indústria, por 38,6 milhões de metros cúbicos (32%). No período, o aumento do consumo do gás será de 17% ao ano.²⁸ Titular da pasta de Minas e Energia, Silas Rondeau admitiu, porém, que a geopolítica foi o que mais pesou na decisão brasileira. “Tínhamos que achar uma fórmula. A Bolívia é o país que tem a maior fronteira com o Brasil e não seria interessante que houvesse problemas internos no país”, afirmou à imprensa ao anunciar o acordo do gás.²⁹

27As informações constam na reportagem “Solução mágica sela acordo do gás”, de 16 de fevereiro de 2007, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*

28 Os números constam no plano estratégico 2007-2011 da área de gás e energia da Petrobras, apresentado em 1 de agosto de 2006, no Rio de Janeiro

29 A declaração consta na reportagem “Solução mágica sela acordo do gás”, de 16 de fevereiro de 2007, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*

A Petrobras foi o mais penalizado dos atores envolvidos. Conseqüência direta do decreto de nacionalização, a empresa deixou o segmento de distribuição na Bolívia em primeiro julho de 2006 e amargou uma queda de 77% do seu lucro líquido no país em relação ao desempenho financeiro de 2005³⁰. Teve ainda de aceitar o ônus da negociação do preço do gás, vendo-se impedida de repassar os custos adicionais às distribuidoras. Sua tentativa de endurecer o discurso teve de ser flexibilizada em prol de sua face pública – cujo objetivo é assegurar o abastecimento energético nacional.

A segunda conclusão é que não se pode desvincular política interna de política externa, sendo necessário incorporar as preferências dos atores domésticos nas negociações diplomáticas, tanto mais se tais atores são diretamente afetados pelos compromissos internacionais. Dado que a crise com a Bolívia envolvia questões políticas e empresariais, suas soluções teriam de atender demandas tanto políticas como empresariais. O que se percebe, porém, é que as primeiras tiveram mais peso nas negociações. Diante da nova realidade da indústria petrolífera internacional – com revisão de contratos e reestatizações –, da situação social, política e econômica na Bolívia e das aspirações do governo brasileiro, a margem para barganha da Petrobras se mostrou bastante reduzida.

Ainda assim, a habilidade negociadora da companhia assegurou a sustentabilidade dos negócios na Bolívia, país estratégico no seu projeto de se tornar uma corporação multinacional de energia líder na América Latina. Talvez o feito tenha sido possível devido ao caráter híbrido do ator. Sua face pública fez que a empresa tivesse acesso às negociações, uma vez que as relações entre os dois países estavam pautadas pela política energética brasileira, da qual a Petrobras é o principal agente. Numa situação de crise, a empresa não poderia ter sido excluída das conversas. Isso teria permitido que as demandas de sua face privada pudessem ser parcialmente incorporadas nas decisões, abrandando dentro do possível o ônus de uma negociação marcadamente política.

O mesmo não se pode dizer, porém, da empresa Pantanal Energia, responsável pela termelétrica Cuiabá (MT), cujo contrato com o governo boliviano também foi alvo das negociações diplomáticas. A térmica – uma sociedade da Shell com a antiga Enron – importa 1,2 milhão de metros cúbicos de

30 Os dados foram revelados pelo diretor financeiro da Petrobras, Almir Barbassa, quando da

gás diariamente desde 2001. O reajuste, de 253%, foi definido em reunião em Brasília, em 14 de fevereiro, da qual participaram Lula e Morales, a mesma que definiu os termos finais do acordo entre Petrobras e YPF. Nenhum representante do grupo privado esteve presente³¹.

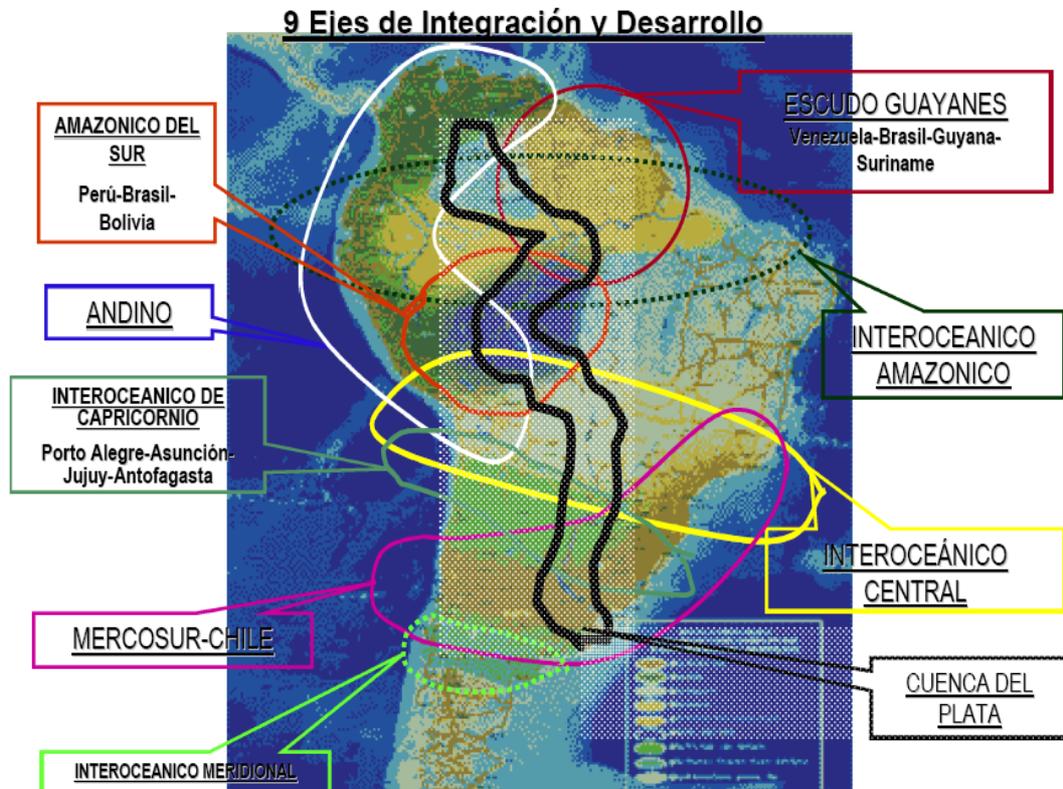
Para que os efeitos democratizantes da liberalização política e econômica sobre o processo decisório de política externa se concretizem, portanto, é necessário institucionalizar canais de acesso ao poder público, sejam as preferências dos atores domésticos convergentes ou não com as do Executivo. Sem esses canais de diálogo, a incorporação seletiva de preferências tende a se manter e o Brasil pode perder a chance de inverter históricos mecanismos de exclusão da sociedade na definição dos rumos do país.

apresentação do desempenho financeiro da empresa de 2006, em 13 de fevereiro de 2007.

31 As informações são da reportagem Bolívia 2 X 0 Brasil, de 15 de fevereiro de 2007, publicada no jornal *O Globo*. O preço por milhão de BTUs saiu de US\$ 1,19 para US\$ 4,20

Anexo 2

Figura 1: Eixos de integração do IIRSA



Fonte: Ejes de *integração y desarrollo sudamericano: necesidad de un nuevo paradigma* in **Primeiro Seminário Internacional de cofinanciamento BNDES-CAF**, Rio de Janeiro, 6-8 de agosto de 2003. Disponível em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/s_CAF.asp Acessado em 21 de novembro de 2006

Anexo 3

Quadro 5: Maiores lucros da história de empresas de capital aberto na América Latina em US\$

	Empresas	País	Setor econômico	Lucro líquido em US\$ milhões	Ano	Tipo de empresa
1	Petrobras	Brasil	Petróleo e Gás	10.136	2005	Estatatal
2	Petrobras	Brasil	Petróleo e Gás	6.729	2004	Estatatal
3	Petrobras	Brasil	Petróleo e Gás	6.159	2003	Estatatal
4	Petrobras	Brasil	Petróleo e Gás	5.085	2000	Estatatal
5	Vale Rio Doce	Brasil	Mineração	4.462	2005	Privada
6	Petrobras	Brasil	Petróleo e Gás	4.252	2001	Estatatal
7	Telebras	Brasil	Telecomunicações	3.493	1997	Estatatal
8	Telefs de Mex	México	Telecomunicações	3.445	1993	Privada
9	Eletrobras	Brasil	Energia Elétrica	3.026	1997	Estatatal
10	America Movil	México	Telecomunicações	2.975	2005	Privada
11	Telefs de Mex	Mexico	Telecomunicações	2.765	2000	Privada
12	Telebras	Brasil	Telecomunicações	2.652	1996	Estatatal
13	Telefs de Mex	México	Telecomunicações	2.650	2005	Privada
14	Telefs de Mex	México	Telecomunicações	2.641	1999	Privada
15	Telefs de Mex	México	Telecomunicações	2.570	2001	Privada
16	Telefs de Mex	México	Telecomunicações	2.466	2004	Privada
17	Vale Rio Doce	Brasil	Mineração	2.434	2004	Privada
18	Bradesco	Brasil	Bancos	2.356	2005	Privada
19	Eletrobras	Brasil	Energia Elétrica	2.303	1996	Estatatal
20	Petrobras	Brasil	Petróleo e Gás	2.292	2002	Estatatal

Fonte: Economática (dezembro de 2005)

Anexo 4

Quadro 6: Atuação internacional da Petrobras (1995-1998)

	1995	1996	1997	1998
Lucro líquido	R\$ 29 mi	R\$ 80 mi	R\$ 118 mi	R\$ 53 mi
Reservas provadas*	174,5 mi boe	205,1 mi boe	216 mi boe	299 mi boe
Produção	35 mil bpd	47,3 mil bpd	58 mil bpd	54 mil bpd
Países em que atua	EUA, Argentina, Colômbia, Equador, Angola, Líbia, Reino Unido	EUA, Argentina, Colômbia, Bolívia, Equador, Angola, Líbia, Reino Unido	EUA, Argentina, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Trinidad-Tobago, Angola, Líbia, Reino Unido	EUA, Argentina, Colômbia, Peru, Bolívia, Cuba, Equador, Trinidad-Tobago, Angola, Líbia, Nigéria, Reino Unido
Principais ações no exterior	- Aquisição de participação em 19 blocos no Golfo do México - Aquisição de participação em 3 campos da Esso na Colômbia	-Ingresso na Bolívia -Aquisição de participação de 23 blocos no Golfo do México - Aquisição do bloco Arrayanes, na Colômbia	- Ingresso no Peru, com aquisição da Repsol de 20% do bloco Trujillo - Ingresso em Trinidad-Tobago, com 40% do bloco 27 -Aquisição de participações em 3 blocos na Bolívia -Aquisição de participação de 15 blocos no Golfo do México	- Aquisição da Lasmo Oil Colombia, triplicando as dimensões da Petrobras no país - Comprovação de reserva superior a 70 bi de m3 de gás no bloco San Alberto na Bolívia - Ingresso em Cuba, com contrato para exploração - Aquisição da empresa a Santos Europe Ltd, no Reino Unido

Fonte: elaboração própria com base nos Relatórios Anuais da Petrobras

Mi: milhão

Bi: bilhão

Boe: barris de óleo equivalente (medida que considera petróleo e gás natural)

Bpd: barris por dia

* Reservas provadas são aquelas que se tem certeza de que podem ser aproveitadas. O volume segue os critérios da Security Exchange Commission (SEC), com exceção dos anos de 1995 e 1996. Nestes, os critérios adotados foram os da Society of Petroleum Engineers (SPE)

Quadro 7: Atuação internacional da Petrobras (1999-2002)

	1999	2000	2001	2002*
Lucro líquido	R\$ 359 mi	R\$ 488 mi	R\$ 1,2 bi	R\$ 1,7 bi
Reservas provadas**	229,4 mi boe	491 mi boe	456,4 mi boe	479,2 mi boe
Produção	74,7 mil bpd	73,6 mil bpd	68,4 mil bpd	58,2 mil bpd
Países em que atua	EUA, Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Cuba, Trinidad-Tobago, Angola, Guiné Equatorial, Nigéria, Reino Unido e Cazaquistão	EUA, Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Trinidad-Tobago, Angola, Guiné Equatorial, Nigéria, Reino Unido e Cazaquistão	EUA, Argentina, Bolívia, Colômbia, Trinidad-Tobago, Angola, Guiné Equatorial e Nigéria	EUA, Argentina, Bolívia, Colômbia, Trinidad-Tobago, Angola, Guiné Equatorial e Nigéria
Principais ações no exterior	- Descoberta de reserva provada de 67,3 mi de boe no bloco San Antonio, na Bolívia - Aquisição de duas refinarias na Bolívia (Gualberto Villarroel, em Santa Cruz, e Guillermo Elder Bell, em Cochabamba), com capacidade total de 60 mil bpd. O investimento total foi de US\$ 102 mi, incluindo a participação da argentina Perez Companc (30%) - A empresa deixa o Equador	- Aquisição de 20% da Companhia de Logística de Hidrocarburos da Bolívia, por US\$ 12mi - Entra em pré-operação na Argentina a companhia Mega, da qual a Petrobras tem 34%. Foram investidos US\$ 715 mi. A Mega tem ativos em petroquímica e gás - Aquisição de participações em blocos na Colômbia, Argentina, Nigéria e Angola - A empresa deixa o Peru	- Concluída troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol/YPF - Ingresso no mercado de distribuição na Bolívia, com a criação da Empresa Boliviana de Distribución - Início da construção na Bolívia do gasoduto Gasyrg, - Aquisição de participações em blocos na Colômbia, Argentina, Bolívia, EUA e Angola - Venda da Petrobras UK por US\$ 175 mi.	- Aquisição de 100% da argentina Petrolera Santa Fê - Aquisição de 58,62% das ações e controle da argentina Perez Companc S.A. (Pecom). A Pecom tem ativos na Bolívia, Peru, Equador e Venezuela, estendendo as atividades da Petrobras na Am. Sul - Aquisição de 39,67% da argentina Petrolera Perez Companc S.A. - Aquisição de participações de blocos na Colômbia e EUA

Fonte: elaboração própria com base nos Relatórios Anuais da Petrobras

* As estatísticas referem-se ao período até setembro, pois a partir de 30 de setembro a Braspetro foi incorporada definitivamente à holding Petrobras. Seu resultado, portanto, passou a ser contabilizado no resultado da controladora a partir daquela data

** Reservas provadas são aquelas que se tem certeza de que podem ser aproveitadas. O volume segue os critérios da Security and Exchange Commission (SEC)

Anexo 5

Quadro 8: Acordos de integração com a Bolívia

Tratados	Principais pontos
<p>Tratado de vinculação ferroviária (1938)</p> <p>Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano (1938)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de linhas férreas ligando Cochabamba a Santa Cruz de La Sierra e esta cidade a um porto na Bacia Amazônica e outro no Paraguai • Brasil pagará metade do custo da ferrovia; a outra metade será adiantada ao governo boliviano que pagará a dívida em dinheiro ou em petróleo • Permissão de exploração das reservas petrolíferas bolivianas na faixa subandina por empresas de capital misto brasileiro-boliviano • O petróleo encontrado será exportado prioritariamente para o Brasil, após abastecimento do mercado boliviano
<p>Acordo de Roboré (1958)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divide a faixa subandina em duas regiões (A e B). A primeira, que corresponde a 40% do total, é de exclusividade de empresas de capital brasileiro; a segunda é de exclusividade da YPFB • Estabelece uma cota de compra por parte do governo brasileiro de 100 mil barris de petróleo diários, desde que satisfeita a demanda interna boliviana • Brasil e Bolívia se comprometem a construir um oleoduto ligando ambos os países, caso justificado economicamente. O Brasil se compromete a arcar com o custo do empreendimento, cabendo à Bolívia reembolsá-lo com petróleo • O Brasil igualmente se compromete a arcar com os custos da construção de um gasoduto, caso haja reserva de gás que justifique o empreendimento, cabendo à Bolívia reembolsá-lo com petróleo ou

	gás natural
Acordo de Cooperação e Complementação Industrial ou Tratado de Cochabamba (1974)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de 240 milhões de pés cúbicos de gás por 20 anos • Implantação de um pólo industrial na fronteira entre os dois países que previa: <ul style="list-style-type: none"> i) siderúrgica com capacidade de produção de 900 mil toneladas anuais e uma unidade com 500 mil toneladas de laminados; ii) fábrica de fertilizantes nitrogenados com capacidade de produção de mil toneladas métricas por dia; iii) fábrica de cimento com capacidade de produção de mil toneladas métricas diárias • Condições para que o acordo entre em vigor: certificação das reservas de gás bolivianas e viabilidade econômica do pólo industrial • Petrobras e YPFB serão as responsáveis pela definição do preço do gás e mecanismos de reajuste
Protocolo de Compra e Venda de Gás firmado entre Petrobras e YPFB (1978)	<ul style="list-style-type: none"> • O volume de gás é ampliado dos 240 milhões de pés cúbicos diários de gás para 400 milhões • o preço inicial do gás será o valor do preço do óleo combustível que será substituído pelo gás em São Paulo menos a tarifa média do transporte do gasoduto da fronteira com a Bolívia até São Paulo • O sistema de reajuste de preços obedecerá a uma cesta de hidrocarbonetos cujos preços são referenciados no mercado internacional • As reservas bolivianas serão certificadas pela Companhia Colyer & MacNaughton • Financiamento será do Banco Mundial e outras entidades
Tratado de La Paz (1988)	<ul style="list-style-type: none"> • O volume de gás a ser importado é redimensionado, sendo estipulados 105

	<p>milhões de pés cúbicos por um período de 25 anos, ou 3 milhões de metros cúbicos diários de gás ao longo desse período</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compromisso do Brasil de comprar 100 mil toneladas métricas de uréia e 50 mil toneladas métricas de polietileno da Bolívia • Aquisição de 500 MW pelo Brasil de energia gerada por uma termelétrica a gás a ser erguida na fronteira • Os custos da construção do gasoduto serão de responsabilidade da Bolívia • A construção da térmica e das unidades de fertilizantes e de polietileno será financiada pelo governo boliviano ou por sociedades mistas com capital brasileiro ou de terceiros
<p>Contrato de Compra e Venda de Gás Natural ou o Gas Suplly Agreement (GSA), de 1993</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Brasil se compromete a comprar 8 milhões de metros cúbicos até o oitavo ano, volume que será dobrado nos anos seguintes • Vigência do contrato de 20 anos • Não é prevista a participação de sócios privados. A estrutura societária ainda seria definida • O preço base foi fixado em US\$ 0,95 por milhão de BTUs a ser reajustado por uma cesta de óleos de referência internacional • O gasoduto se estenderá até o Rio Grande do Sul • O acordo só entrará em vigor se o projeto do gasoduto se mostrar economicamente viável
<p>Contrato de Compra de Venda de Gás Natural ou o Gas Suplly Agreement (GSA), de 1996</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Brasil comprará 8 milhões de metros cúbicos diários até o oitavo ano, passando a 18 milhões de metros cúbicos nos anos seguintes • O contrato foi dividido em três

	<p>modalidades: quantidades básicas (de até 18 milhões de metros cúbicos de gás por dia); quantidades opcionais (de até 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia); quantidades extras (de até 6 milhões de metros cúbicos diários)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Petrobras será a titular da Capacidade de Transporte Opcional (TCO), mediante compra antecipada de dita capacidade por US\$ 81 mi • Petrobras terá preferência em relação a terceiros na compra do gás boliviano, desde que satisfeita a demanda interna na Bolívia • Petrobras terá preferência no fornecimento de gás de campos da Bolívia em que ela atue por si ou por meio de subsidiárias • Vigência do contrato de 20 anos • A Petrobras terá participação de 15% no trecho boliviano do gasoduto e 80% no trecho brasileiro, sendo facultado ceder a seus sócios as participações que considere conveniente; a YPFB terá participação de 85% no lado boliviano e 20% no lado brasileiro, sendo igualmente a ela facultado ceder participações a sócios • O preço base foi fixado em US\$ 0,95 por milhão de BTUs a ser reajustado por uma cesta de óleos de referência internacional • O duto vai até o Rio Grande do Sul • Petrobras e YPFB farão as ações pertinentes para obtenção de financiamento, com participação dos sócios das companhias de transporte
--	--

Fonte: elaboração própria a partir de Guilherme (1959), Alvarez (1989), Viotti (2000), Coutinho (2000), Contrato de compra e venda de gás natural de 1996

Anexo 6

Quadro 9: Produção anual de gás natural no Brasil

Ano	Produção	Ano	Produção
1992	4 bilhões m ³	1999	6,7 bilhões m ³
1993	4,5 bilhões m ³	2000	7,2 bilhões m ³
1994	4,5 bilhões m ³	2001	7,6 bilhões m ³
1995	4,8 bilhões m ³	2002	9,2 bilhões m ³
1996	5,5 bilhões m ³	2003	10 bilhões m ³
1997	6 bilhões m ³	2004	11 bilhões m ³
1998	6,3 bilhões m ³	2005	11,4 bilhões m ³

Fonte: Statistical Review of World Energy 2006

Quadro 10: Reservas provadas de gás natural no Brasil

Ano	Reserva	Ano	Reserva
1992	130 bilhões m ³	1999	230 bilhões m ³
1993	140 bilhões m ³	2000	220 bilhões m ³
1994	150 bilhões m ³	2001	220 bilhões m ³
1995	150 bilhões m ³	2002	250 bilhões m ³
1996	160 bilhões m ³	2003	250 bilhões m ³
1997	230 bilhões m ³	2004	330 bilhões m ³
1998	230 bilhões m ³	2005	310 bilhões m ³

Fonte: Statistical Review of World Energy 2006

Quadro 11: Produção anual de gás natural na América do Sul e Central

Ano	Produção	Ano	Produção
1992	61 bilhões m ³	1999	90 bilhões m ³
1993	64,7 bilhões m ³	2000	97,9 bilhões m ³
1994	67,4 bilhões m ³	2001	102,6 bilhões m ³
1995	73,2 bilhões m ³	2002	104,4 bilhões m ³
1996	81,4 bilhões m ³	2003	115,7 bilhões m ³
1997	82,5 bilhões m ³	2004	129,7 bilhões m ³
1998	88,4 bilhões m ³	2005	135,6 bilhões m ³

Fonte: Statistical Review of World Energy 2006

Quadro 12: Reservas provadas de gás natural na América do Sul e Central

Ano	Reserva	Ano	Reserva
1992	5,47 trilhões m3	1999	6,89 trilhões m3
1993	5,48 trilhões m3	2000	6,98 trilhões m3
1994	5,83 trilhões m3	2001	7,12 trilhões m3
1995	5,96 trilhões m3	2002	7,08 trilhões m3
1996	6,06 trilhões m3	2003	6,98 trilhões m3
1997	6,28 trilhões m3	2004	7,07 trilhões m3
1998	6,43 trilhões m3	2005	7,02 trilhões m3

Fonte: Statistical Review of World Energy 2006

Anexo 7

Quadro 13: Atuação da Petrobras na Bolívia*

- Início das atividades: 1996
- Departamentos em que atua: Santa Cruz, Cochabamba, La Paz, Sucre e Tarija
- Investimento realizado: todos os empreendimentos consumiram US\$ 988,7 milhões em recursos entre 1996 e 2004, levando a Petrobras a ser a maior empresa da Bolívia, responsável por 18% do Produto Interno Bruto (PIB) e 24% da arrecadação**
- Campos em produção: San Alberto e San Antonio, localizados no departamento de Tarija. A Petrobras é operadora em ambos, com 35% de participação. Os sócios são Repsol-YPF (50%) e Total (15%)
- Produção: 54,1 mil de barris de óleo equivalente (boe) por dia, o que equivale a 21% da produção internacional da Petrobras, atrás apenas da Argentina**
- Blocos exploratórios: Rio Hondo, Ingre e Irenda
- Reservas: 553,1 milhões de boe, o que equivale a 33% das reservas internacionais da Petrobras. A Bolívia lidera o ranking dos países em que a companhia atua
- Refino: controla duas unidades por meio da Empresa Boliviana de Refinación (EBR), a refinaria de Gualberto Villaroel, em Santa Cruz, e Guillermo Elder Bell, em Cochabamba, pelas quais pagou US\$ 102 milhões. A capacidade de processamento das unidades é de 60 mil barris diários.
- Mercado: detém 25% do segmento de distribuição, com 92 estações de serviço (equivalentes a postos de gasolina no Brasil) ativas
- Gasodutos: opera dois importantes gasodutos para o transporte de gás em território boliviano e para exportação de gás para o Brasil. O Gasyrg tem 431km de extensão e liga os campos de San Alberto e San Antonio à estação de compressão de Rio Grande, onde se conecta ao gasoduto Brasil-Bolívia. Sua construção foi iniciada em janeiro de 2002 e finalizada em abril de 2003, ao custo de US\$ 400 milhões. A Petrobras tem 45,5% do empreendimento e a YPFB tem o restante. O segundo duto, chamado de San Marcos, transporta o gás necessário ao abastecimento de uma termelétrica na cidade de Puerto Suárez, na fronteira entre os dois países, na qual a Petrobras tem 25% de participação.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no site da YPFB e da Petrobras, nos relatórios anuais da Petrobras e em apresentações feitas à imprensa pela petrolífera brasileira

*Após o decreto, a Petrobras se retirou do segmento de distribuição e negocia o controle acionário das duas refinarias com o governo boliviano. Os blocos exploratórios e campos produtores foram mantidos. Apenas a tributação sobre a produção foi alterada

** dados referentes a 2005